

MF-SUSEP-SUPERINT.DE SEGUROS PRIVADOS/RJ

Termo de Referência 88/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG 88/2025 173039-MF-SUSEP-SUPERINT.DE SEGUROS PRIVADOS/RJ Editado por ROBSON DE MATTOS Atualizado em 30/12/2025 10:56 (v 0.10)

Status ASSINADO

Outras informações

Categoria II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes Número da Contratação 84/2025 Processo Administrativo 15414.639904/2025-00

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição, por meio de registro de preços, de equipamentos de áudio e vídeo, incluindo atividades de instalação, montagem, crimpagem, testes funcionais, calibragem e comissionamento, destinadas ao auditório da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, localizada em Brasília/DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

| Itens | DESCRIÇÃO | CATMAT | QTD. | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|-------------------------------|---|--------|------|----------------------|-------------------|
| 1 | Microfone Gooseneck | 374925 | 5 | R\$ 3.526,58 | R\$ 17.632,90 |
| 2 | Microfone sem fio | 627819 | 4 | R\$ 7.421,48 | R\$ 29.685,93 |
| 3 | Mesa de Som | 620907 | 1 | R\$ 20.294,90 | R\$ 20.294,90 |
| 4 | Caixa Acústica | 628818 | 2 | R\$ 7.520,19 | R\$ 15.040,38 |
| 5 | Processador de Áudio | 626111 | 1 | R\$ 5.003,05 | R\$ 5.003,05 |
| 6 | Nobreak | 614396 | 1 | R\$ 19.412,58 | R\$ 19.412,58 |
| 7 | Case Rack para Mesa de Som | 304078 | 1 | R\$ 2.713,75 | R\$ 2.713,75 |
| 8 | Cabos de Áudio (200m) | 445145 | 1 | R\$ 2.165,17 | R\$ 2.165,17 |
| 9 | Atividades acessórias de instalação, montagem, crimpagem, testes funcionais, calibragem e comissionamento – (Incluso no custo: despesas com frete, transporte, deslocamento de equipe e equipamentos até o local de instalação) | 13692 | 1 | R\$ 21.596,02 | R\$ 21.596,02 |
| TOTAL ESTIMADO DA Contratação | | | | | R\$ 133.544,68 |

1.1.1. O objeto principal consiste na **aquisição de bens permanentes**, sendo as atividades de **instalação, montagem, testes funcionais, calibragem e comissionamento** consideradas **atividades acessórias indispensáveis** ao pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos.

1.1.2. O valor apresentado contempla todas as despesas necessárias à execução dessas atividades, incluindo **transporte, deslocamento de equipe, frete e demais custos operacionais**, não configurando **atividade autônoma**.

1.1.3. O objeto mantém sua natureza jurídica de **aquisição de bens permanentes com inclusão de atividades acessórias**, enquadrando-se na categoria de **bens comuns**, conforme o disposto no **art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**, sendo a execução integral de responsabilidade do fornecedor dos equipamentos.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, nos termos do **art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente definidos** no presente Termo de Referência, por meio de **especificações usuais de mercado**.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados para a Administração Pública.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação tem por objeto o fornecimento integral dos equipamentos e softwares necessários à implantação dos sistemas audiovisuais no ambiente indicado, incluindo a aquisição e entrega de todos os componentes conforme especificações técnicas, a execução dos serviços de instalação física e lógica, abrangendo montagem, conexão, integração e testes de funcionamento, a configuração completa dos sistemas para garantir sua operação plena e compatibilidade com a infraestrutura existente, a capacitação técnica dos usuários por meio de treinamento presencial ou remoto com material de apoio, a prestação de suporte técnico especializado durante o período de garantia contratual, com atendimento remoto e/ou presencial para resolução de falhas, dúvidas operacionais e manutenção corretiva, e a garantia de funcionamento pleno dos sistemas, com entrega de termo de aceite técnico após validação conjunta com a equipe responsável, observando-se o cronograma acordado, as normas técnicas aplicáveis, boas práticas de engenharia e requisitos de segurança.

2.3. A aquisição e instalação dos referidos equipamentos constituem medidas imprescindível para garantir a eficiência, a modernização e a plena funcionalidade do espaço institucional destinado à realizações de reuniões, treinamentos e eventos oficiais desta Autarquia.

2.4. A inexistência de infraestrutura adequada compromete significativamente a qualidade das atividades desenvolvidas no auditório, dificultando a comunicação entre os participantes, especialmente em eventos híbridos ou com grande número de presentes

2.5. Desta forma, a implantação do sistema de áudio e vídeo no auditório da SUSEP configura-se como iniciativa estratégica, alinhada às demandas operacionais da Autarquia e às boas práticas de administração pública.

2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: [42354068000119-0-000001/2025](#);
- II. Data de publicação no PNCP: [10/05/2024](#);
- III. Id do item no PCA: [76](#);
- IV. Classe/Grupo: [5895 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA COMUNICAÇÕES](#);
- V. Identificador da Futura Contratação: [173039-84/2025](#);

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução encontra-se apresentada de forma geral nos Estudos Técnicos Preliminares e detalhada no **Anexo I** (Especificações Técnicas) deste Termo de Referência, que constitui o documento principal para definição dos componentes, serviços e requisitos técnicos da contratação.

3.2. A presente contratação tem por objeto o fornecimento integral dos equipamentos e softwares necessários à implantação dos sistemas audiovisuais no ambiente indicado, conforme especificações do **Anexo I**, incluindo instalação física e lógica, configuração, testes, capacitação de usuários, suporte técnico e garantia contratual.

3.3. O **Anexo I** apresenta as especificações técnicas detalhadas para aquisição e instalação de equipamentos de áudio e vídeo no auditório da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), listando nove itens com referências técnicas e admitindo equivalentes que atendam aos requisitos mínimos de desempenho e qualidade.

3.4. A justificativa técnica para os itens, especialmente o nobreak, está descrita no **Anexo I**, parte integrante deste documento, reforçando a necessidade de comprovação de equivalência por meio de documentação técnica, conforme jurisprudência do TCU. A instalação inclui transporte, equipe técnica e calibração do sistema.

3.5. A solução deverá contemplar os seguintes subsistemas e serviços, conforme especificações do **Anexo I**:

3.5.1. Sistema de sonorização (microfones sem fio, gooseneck, caixas acústicas, mesa de som, processador digital);

3.5.2. Instalação, crimpagem, comissionamento, testes funcionais e calibração;

3.5.3. Garantia mínima e assistência técnica de 24 meses para todos os componentes.

3.6. Para garantir a compatibilidade entre os componentes e a eficiência na execução dos serviços, propõe-se a adjudicação integral do grupo a um único fornecedor, conforme fundamentação técnica constante dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.7. Os serviços de instalação, configuração e testes deverão ser executados pela mesma empresa responsável pelo fornecimento dos itens, visando garantir integração, compatibilidade e responsabilização técnica.

3.8. Todos os equipamentos deverão estar em conformidade com a norma ABNT NBR IEC 60065, conforme exigido no Anexo I, garantindo segurança, qualidade e adequação técnica.

3.9. Requisitos adicionais e complementares encontram-se detalhados no **Anexo I** deste documento.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A presente contratação seguirá as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, garantindo que critérios de sustentabilidade sejam observados na aquisição do objeto.

Indicação de marcas e modelos

4.2. Na presente contratação, indicam-se como referência técnica algumas marcas e modelos reconhecidos pelo mercado, conforme listados no **Anexo I** - Especificações Técnicas do Estudo Técnico Preliminar e deste Termo de Referência. Admite-se, contudo, a apresentação de produtos equivalentes, desde que atendam integralmente às exigências mínimas de desempenho, qualidade e compatibilidade, conforme critérios de comprovação técnica estabelecidos no **ANEXO I** neste documento.

4.2.1. A indicação de marcas e modelos específicos como referência técnica visa assegurar a compatibilidade dos equipamentos com as características físicas e acústicas do auditório, bem como atender aos requisitos de desempenho e qualidade definidos no projeto.

4.2.2. Essa escolha está fundamentada na necessidade de soluções integradas e previamente testadas, que garantam confiabilidade, eficiência na transmissão de som e imagem, e facilidade de operação pelos usuários, conforme detalhado nas especificações técnicas.

4.2.3. A prática de indicar marcas e modelos como referência técnica está respaldada pelo Acórdão nº 2.764/2016-Plenário do Tribunal de Contas da União, desde que acompanhada da expressão “ou equivalente”. Produtos equivalentes serão aceitos mediante comprovação técnica por meio de catálogos, manuais ou laudos que evidenciem desempenho, qualidade e compatibilidade com os requisitos estabelecidos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não há vedação prévia a marcas ou modelos específicos nesta contratação. No entanto, serão desclassificados os produtos que não atenderem integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Anexo I deste Termo de Referência. A compatibilidade, desempenho e qualidade dos itens ofertados deverão ser comprovados por meio de documentação técnica adequada, conforme critérios definidos neste documento.

Da apresentação de catálogos e documentação técnica

4.4. Considerando que as marcas e modelos indicados no **Anexo I – Especificações Técnicas** possuem caráter meramente **referencial**, e que são admitidos produtos **equivalentes** desde que atendam integralmente às especificações mínimas exigidas, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar **catálogos técnicos, manuais do fabricante ou laudos de conformidade**, em **língua portuguesa** ou acompanhados de **tradução juramentada**, que comprovem, de forma objetiva, o atendimento integral às características e parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.

4.4.1. A documentação técnica deverá conter, de forma clara, as **especificações do modelo ofertado**, permitindo a verificação de equivalência e compatibilidade com as referências constantes do Anexo I. Não serão aceitos materiais publicitários, folders comerciais ou catálogos genéricos que não identifiquem precisamente o produto proposto.

4.4.2. A equipe técnica responsável realizará a análise da documentação apresentada e, se necessário, poderá realizar **diligências complementares** para sanar dúvidas ou solicitar informações adicionais, mediante comunicação formal via sistema eletrônico.

4.4.3. Caso a documentação não comprove, de maneira inequívoca, o atendimento às especificações técnicas mínimas exigidas, a proposta será **desclassificada**.

4.4.4. Os licitantes deverão disponibilizar todas as condições indispensáveis à análise, sem ônus para a Administração, fornecendo, quando solicitado, **manuais técnicos e fichas de produto** que permitam o perfeito entendimento e utilização dos equipamentos.

4.4.5. A apresentação da documentação técnica **substitui a necessidade de amostras físicas**, sendo suficiente para comprovar a equivalência e adequação dos equipamentos às especificações do Termo de Referência.

4.4.5.1. Somente em caso de **dúvida técnica não sanável por documentação**, a Administração poderá solicitar amostra física específica, mediante convocação formal, para fins de verificação prática da conformidade do item ofertado.

4.5. Equipamentos a serem fornecidos e instalados

4.5.1. O objeto compreende a **aquisição, por meio de registro de preços, de equipamentos de áudio e vídeo destinados ao auditório da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, localizada em Brasília/DF**, incluindo os seguintes itens:

- I. **Microfones gooseneck;**
- II. **Microfones sem fio;**
- III. **Mesa de som;**
- IV. **Caixas acústicas;**
- V. **Processador de áudio;**
- VI. **Nobreak;**
- VII. **Case rack para mesa de som;**
- VIII. **Cabos de áudio (200 m);**

4.5.1.1. bem como a execução das **atividades acessórias de instalação, montagem, crimpagem, testes funcionais, calibragem e comissionamento**, contemplando todas as despesas com **frete, transporte, deslocamento de equipe e equipamentos até o local de instalação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

4.5.2. As **marcas, modelos de referência e especificações técnicas detalhadas** de cada equipamento encontram-se descritas no **Anexo I – Especificações Técnicas**, adotadas **exclusivamente como referência técnica**, admitindo-se a **apresentação de produtos equivalentes**, desde que comprovem o **atendimento integral às especificações mínimas** estabelecidas neste Termo de Referência; e

4.5.3. Todos os equipamentos fornecidos deverão **atender integralmente às especificações mínimas e às condições de garantia e suporte técnico** previstas neste Termo de Referência, sendo de responsabilidade da contratada assegurar a **instalação, configuração e o pleno funcionamento do sistema de áudio e vídeo** no auditório da SUSEP.

4.6. Os catálogos, manuais técnicos e laudos de conformidade emitidos pelo fabricante, destinados à comprovação do atendimento às especificações técnicas mínimas, deverão ser **apresentados em formato digital (PDF), juntamente com a proposta comercial**, no momento da **abertura da licitação**, por meio do **endereço eletrônico institucional do setor de Contratações e Licitações da SUSEP** ou pelo sistema eletrônico utilizado no certame, conforme orientações constantes no edital.

4.6.1. Toda a documentação técnica deverá estar **integralmente legível e identificada por item**, de modo a permitir a conferência imediata das especificações indicadas no **Anexo I – Especificações Técnicas**.

4.7. É facultada a prorrogação do prazo de envio da documentação técnica, mediante solicitação fundamentada do licitante, antes de findo o prazo original, a critério da Administração.

4.8. No caso de **não envio da documentação técnica dentro do prazo**, ou envio de documentação **incompleta ou que não atenda às especificações mínimas**, a proposta será **recusada**.

4.9. Serão avaliados os aspectos constantes das **especificações técnicas detalhadas no Anexo I** deste Termo de Referência, que estabelecem os **padrões mínimos de aceitabilidade** da documentação técnica apresentada.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Caso a documentação apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não seja aceita, será analisada a documentação do segundo classificado, e assim sucessivamente, até a verificação de documentação que atenda integralmente às especificações deste Termo de Referência.

4.12. Os arquivos de documentação técnica enviados à Administração poderão ser **manuseados e analisados pela equipe técnica responsável**, sem gerar direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, os arquivos digitais de documentação técnica poderão ser **descartados ou mantidos nos registros da Administração**, conforme critério da SUSEP, **sem direito a ressarcimento** por parte do fornecedor.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes ou verificações técnicas, e fornecer, sem ônus, os manuais em língua portuguesa, necessários ao perfeito manuseio dos equipamentos, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.15. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Nota Explicativa: Considerando que a exigência de carta de solidariedade pode restringir a competitividade, especialmente em contratações compostas por múltiplos itens e fabricantes distintos, e não se tratando de situação excepcional que justifique sua adoção, optou-se por não exigir referido documento, sem prejuízo à adequada execução contratual.

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, **conforme fundamentação deste Termo de Referência**, uma vez que o objeto da contratação consiste na aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, cuja entrega e instalação possuem risco técnico e financeiro reduzido, não justificando a adoção de medidas adicionais de cautela.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.18. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.18.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A13] .

4.18.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.18.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de **fornecimento e execução das atividades relacionadas aos equipamentos** é de **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir da **emissão da Ordem de Fornecimento da SUSEP**, em remessa única, **abrangendo todas as atividades de instalação, montagem, crimpagem, testes funcionais, calibragem e comissionamento**, necessárias para o pleno funcionamento do sistema de áudio e vídeo.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de força maior ou caso fortuito.

5.3. Os equipamentos deverão ser entregues no **auditório da SUSEP, localizado no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco K – 13º andar – Edifício Seguradora, Brasília/DF**, sendo de responsabilidade do fornecedor todos os cuidados com transporte, descarregamento, movimentação, montagem e ajustes necessários para a perfeita instalação, garantindo que os bens estejam prontos para uso imediato, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

5.3.1. A entrega deverá ocorrer em horário comercial, mediante agendamento prévio com a equipe responsável pelo recebimento no local.

5.3.2. Os equipamentos deverão ser adequadamente embalados e protegidos para transporte, evitando danos durante o deslocamento e a instalação.

5.3.3. Será de responsabilidade do fornecedor todos os cuidados com transporte, descarregamento, movimentação, montagem e ajustes necessários para a perfeita instalação, garantindo que os bens estejam prontos para uso imediato, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de **recebimento definitivo e aceite técnico** do objeto pelo Contratante. Este prazo contempla cobertura integral para eventuais **defeitos de fabricação, montagem ou instalação**, garantindo a plena operacionalidade dos equipamentos **sem ônus adicional para a Administração** e não prejudica a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor (**Lei nº 8.078/1990**).

5.5. Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, o fornecedor deverá complementar a garantia pelo período restante.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens com defeito no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da retirada do equipamento pela equipe técnica do Contratado ou assistência autorizada.

5.10. Este prazo poderá ser prorrogado **uma única vez**, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo do transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia contratual do objeto é independente da vigência do contrato, podendo ser acionada mesmo após o término deste, em conformidade com suas condições, e permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a contratante ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A contratante poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, **destinada a esclarecer obrigações contratuais, procedimentos de entrega, montagem/instalação e recebimento do objeto.**

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de

qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.5. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% ((cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação, ou, quando relacionadas a itens ou parcelas específicas decorrentes do Sistema de Registro de Preços, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da parcela ou item não atendido.**

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação, ou, no caso de descumprimento relacionado a itens ou parcelas específicas do Sistema de Registro de Preços, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da parcela ou item não atendido

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5 (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação, ou, quando relacionada a itens ou parcelas específicas decorrentes do Sistema de Registro de Preços, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da parcela ou item não atendido, conforme a gravidade da infração e os prejuízos causados ao Contratante.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação, ou, quando relacionada a itens ou parcelas específicas decorrentes do Sistema de Registro de Preços, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da parcela ou item não atendido.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação, ou, quando relacionada a itens ou parcelas específicas decorrentes do Sistema de Registro de Preços, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da parcela ou item não atendido, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos

os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial)** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com adoção do Sistema de Registro de Preços (**SRP**) e julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO**.

9.1.1. A análise da demanda, considerando aspectos econômicos, técnicos e qualitativos, demonstrou que a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços representa a solução mais vantajosa para a Administração, por assegurar flexibilidade, economicidade e aderência à necessidade institucional.

9.1.2. A utilização do SRP possibilita que a Susep efetive futuras aquisições com base nos preços registrados, sem necessidade de instauração de novos processos licitatórios, garantindo agilidade, eficiência administrativa, previsibilidade orçamentária e racionalização dos procedimentos de contratação, especialmente em situações de demanda variável ou progressiva.

9.1.3. Tal estratégia está em conformidade com a legislação vigente (**Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 7.892/2013**), alinhando-se às boas práticas de gestão pública e contribuindo para o atendimento tempestivo das necessidades institucionais, com segurança jurídica e transparência.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Susep, em consonância com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor preço global para o grupo, desde que atenda integralmente às especificações técnicas exigidas no Anexo I deste Termo de Referência e as demais condições previstas no edital.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: apresentação da cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade nacional.

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis [dos dois últimos exercícios sociais], já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

| | |
|------|--|
| LG = | <u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u> |
| | <u>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</u> |
| SG = | <u>Ativo Total</u> |
| | <u>Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante</u> |
| LC = | <u>Ativo Circulante</u> |
| | <u>Passivo Circulante</u> |

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. A empresa contratada deverá comprovar experiência na execução de serviços similares por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a realização de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, especialmente em ambientes institucionais ou corporativos. Deverá, ainda, dispor de equipe técnica especializada, composta por profissionais com formação e/ou certificações em áreas como engenharia de áudio, vídeo, automação ou tecnologia da informação, além de contar com responsável técnico devidamente registrado no conselho profissional competente ([CREA](#) ou [CFT](#)), quando aplicável.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 133.544,68 (cento e trinta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1. deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme disponibilizadade orçamentária no momento de cada chamada de fornecimento, em atendimento ao Sistema de Registro de Preços (SRP).*

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação, a ser indicada conforme o exercício financeiro e disponibilidade de créditos:

I. *Gestão/unidade;*

II. *Fonte de recursos;*

- III. Programa de trabalho;
- IV. Elemento de despesa; e
- V. Plano interno.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou instrumento equivalente, garantindo que cada chamada de fornecimento dentro do SRP tenha cobertura orçamentária adequada

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **10 (dez) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. O referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (**Anexo II**).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento

2.3. A entrega do objeto será realizada sob demanda, mediante solicitação da Administração, considerando todo o período necessário para a entrega e recebimento dos equipamentos de áudio e vídeo.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada,

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e seus Anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SIMON RIBEIRO HOLANDA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 30/12/2025 às 10:28:51.

CAYO AUGUSTO EVANGELISTA BITTENCOURT

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 30/12/2025 às 10:56:32.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I_Especificacoes Tecnicas.pdf (1.07 MB)